



## A RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM OLHAR A PARTIR DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS DA UFRPE

HACSA PRISCILA SOARES DE OLIVEIRA<sup>57</sup>

### RESUMO

O trabalho tem como objetivo entender como o saber acadêmico dialoga com outros saberes, através do mapeamento de atividades extensionistas. A partir da discussão teórica, a realização de entrevistas semiestruturadas e a análise documental percebe-se que a UFRPE precisa entrar em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária (2012). A conclusão é que o curso de ciências sociais consegue, apesar de limites, estabelecer interessantes diálogos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade. Movimentos sociais. Extensão.

### ABSTRACT

The work aims to understand how academic knowledge dialogues with other knowledge, through the mapping of extension activities. From the theoretical discussion, conducting semi-structured interviews and document analysis, it is clear that UFRPE needs to come into line with the National University Extension Policy (2012). The conclusion is that the social sciences course manages, despite limits, to establish interesting dialogues.

**KEYWORDS:** University. Social movements. Extension.

### Introdução

O artigo é fruto de um plano de trabalho que fazia parte de um projeto de pesquisa<sup>58</sup> que tentava pensar as relações entre universidade e movimentos sociais. O projeto tinha como objetivo descrever e analisar como a produção acadêmica contemporânea da UFRPE se relaciona com as práticas dos movimentos sociais. Através do mapeamento e da análise das ações extensionistas desenvolvidas no período de execução do projeto de pesquisa, pretendia considerar como os saberes acadêmicos dialogam ou não com os saberes dos movimentos sociais.

O plano de trabalho que deu fruto a este artigo se concentrou em entender como a universidade se relaciona com os movimentos sociais. Como objetivos específicos buscou entender o papel dos projetos de extensão na dinâmica da produção acadêmica da UFRPE.

<sup>57</sup> Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba. Email: [hacsapsoliveira@gmail.com](mailto:hacsapsoliveira@gmail.com).

<sup>58</sup> O projeto teve vigência no período de 2014-2015, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Júlia Figueredo Benzaquen, docente do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, contando com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Para tanto, problematizou o conceito de saber no sentido de analisar as especificidades do saber acadêmico e do saber dos movimentos sociais.

O texto aqui presente conceitua e reflete sobre os conceitos de extensão universitária e movimentos sociais, para então refletir epistemologicamente sobre a necessidade de descolonizar os saberes. Após essa reflexão teórica apresenta a metodologia adotada para acessar o empírico. Enquanto resultado da pesquisa, traz a análise de uma entrevista feita com o Pró-reitor de Extensão na época.

## Extensão

A Extensão Universitária surge como forma de cursos de aperfeiçoamento de trabalhadores, no caso da Inglaterra no final do século XIX e prestação de serviços, no caso dos Estados Unidos no início do século XX. No Brasil, a extensão chega em 1911 com influência desses dois países, no entanto se institucionaliza com forte contribuição do movimento estudantil em meados de 1960:

*No final da década de 1950 e início da de 1960, os universitários brasileiros, reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), organizaram movimentos culturais e políticos que foram reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças de que carecia o País, além de demonstrarem forte compromisso social e buscarem uma atuação interprofissional, por meio de metodologias que possibilitavam a reflexão sobre sua prática. Não obstante o dinamismo que imprimiu à sociedade civil brasileira, o movimento estudantil daquela época pouco contribuiu para a institucionalização da Extensão Universitária (Política Nacional De Extensão Universitária, 2012, p.6).*

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)<sup>59</sup>, ocorrido no ano de 2012 em Manaus, com a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68) se institucionalizou a Extensão, com as seguintes finalidades “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes (Artigo 20)” (Ibid., p. 7).

No processo de redemocratização do país, a universidade pública foi repensada e a concepção ideológica de extensão foi igualmente revista. De acordo com Jezine (2004) as danças sociais, econômicas e políticas também influenciam diretamente nas concepções

<sup>59</sup> O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) foi criado em 1987, com objetivo de redefinir o conceito de Extensão Universitária.



ideológicas das práticas extensionistas. A autora aponta três concepções sobre a Extensão, são elas: a concepção assistencialista, a acadêmica e a mercantilista. A primeira, a concepção assistencialista, teve sua origem atrelada às primeiras propostas de Extensão. Consiste na prestação de serviços, execução de atividades pontuais elaboradas nas comunidades objetivando resolução imediata e paliativa sem refletir sobre as desigualdades sociais. Sendo inicialmente uma proposta transformadora-redentora passou a ser assistencialista-conservadora. A segunda, a concepção acadêmica, surgiu a partir dos movimentos sociais e tem como proposta possibilitar a transformação social a partir das trocas dialógicas entre os saberes. É a proposta que influenciou e culminou na formulação do conceito de Extensão Universitária pelo FORPROEX. E a terceira, a concepção mercantilista, surge dentro do contexto globalizado a fim de prestar serviços e inclui a universidade e a extensão na lógica de competitividade do mercado (JEZINE, 2004).

*Assim, no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e regulamentações do FORPROEX. Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como, assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (Ibid., p. 10).*

Sendo assim, o conceito de Extensão Universitária definido pelo FORPROEX nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010 são as seguintes:

*A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade [...] As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuados no FORPROEX, de forma ampla e aberta (NOGUEIRA, 2000), são as seguintes: Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social (Política Nacional De Extensão Universitária, 2012, p.15-16).*



A concepção de Extensão acadêmica trazida por Jazine se aproxima à ideia de comunicação defendida por Freire no seu livro “Comunicação ou extensão?” (1977). Que faz uma crítica às práticas extensionistas que depositam conhecimento de forma técnica, a chamada educação bancária; como se o extensionista fosse um ser superior que leva todo o conhecimento aos indivíduos, de tal forma que os subestima e coisifica. Freire defende o ato de comunicar-se, onde há uma relação dialógica na troca dos saberes e esses indivíduos são compreendidos como pertencente a contextos socioculturais específicos. A educação bancária além de aniquilar as possibilidades e subestimar a inteligência dos sujeitos, tem como objetivo mantê-los passivos para manter a coesão social. A educação libertária ou problematizadora visa instigar os educandos a pensar criticamente e questionar as estruturas.

Paulo Freire (1987) defende uma educação libertadora, que visa superar a ideia de que o educando apenas recebe informações de forma passiva e que no fundo impossibilita explorar as potencialidades e autenticidade de cada sujeito. Ele enxerga uma potencialidade política nesse tipo de educação, pois através dela muitas contradições sociais serão desmascaradas e a partir disso os sujeitos podem se rebelar. Mesmo com os projetos de institucionalização e debates sobre o papel da extensão, com o conceito definido, o FOR-PROEX reconhece que existem impasses:

*Mas o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas Universidades ou departamentos acadêmicos e a falta de recursos financeiros e organizacionais, entre outros problemas, têm colocado limites importantes para a implantação e implementação desses institutos legais no âmbito das Universidades Públicas. Muitas vezes, verifica-se a normatização da creditação curricular em ações de Extensão, mas restrições em sua implementação. O mesmo descompasso é verificado quanto à inserção de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos e à consideração dessas atividades na alocação de vagas docentes. Nesses aspectos, também em algumas Universidades ou departamentos, o preceito constitucional e a legislação referida à Extensão Universitária não têm tido qualquer efeito sobre a vida acadêmica (Política Nacional De Extensão Universitária, 2012, p. 15).*

Como foi dito acima, algumas instituições universitárias ainda são bastante elitistas e conservadoras, de forma que as concepções ideológicas de Extensão coexistem concomitantemente. O fato de alguns departamentos das Universidades não desenvolverem atividades extensionistas, pode ocorrer por diversos fatores. A título de exemplo, os projetos de Extensão não valem ponto na classificação dos pesquisadores para o Conselho Nacional



de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Também há dificuldade de elaborar projetos dentro dos parâmetros sugeridos pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012), o que deixa ainda mais evidente os desafios das práticas extensionistas no Brasil.

### **Movimentos sociais**

Dentro da perspectiva descolonial, um conceito interessante é o de (r)existências resistentes de Benzaquen (2014), que visa ampliar a concepção clássica dos movimentos sociais, a fim de não desperdiçar nenhuma experiência de resistência. O conceito (r)existências resistentes faz um jogo com a palavra existência, tendo em vista que tais resistências têm sido invisibilizadas, que dialoga com o conceito de Santos (2009) Sociologia das Ausências e visa evidenciar as (r)existências resistentes, a fim de potencializar as lutas e resistências.

*Em um contexto em que os mecanismos de exploração, exclusão e opressão se multiplicam e intensificam, se faz particularmente importante não desperdiçar nenhuma experiência de resistência. Como a maioria dos conceitos sociológicos, o conceito de movimentos sociais surge e é desenvolvido num contexto europeu e se universaliza sem levar em conta as outras realidades globais. De acordo com Flórez (2007), a maioria das teorias sobre movimentos sociais se sustenta em argumentos baseados em dicotomias modernas: autonomia-dependência, atraso-desenvolvimento, local-global, centro-periferia etc.; uma lógica binária que hierarquiza as dinâmicas sociais segundo seu maior distanciamento a um modelo moderno-ocidental-colonial (BENZAQUEN, 2014).*

Essa postura pensa, por exemplo, que as resistências não necessariamente devem estar atreladas a sindicatos ou partidos políticos, como se acredita na concepção clássica marxista dos movimentos sociais. Um excelente exemplo utilizado pela autora é sobre o movimento indígena na América Latina, que dentro da concepção mais utilizada de movimentos sociais, é enquadrado como um Novo Movimento Social (NMS). No entanto sabemos que a resistência indígena existe desde que o colonizador chegou nessas terras, ou seja, essa classificação coloca os mais de 1500 anos de resistência indígena como inexistente.

Justamente por isso, este conceito é importante para contribuir na mudança conceitual em relação ao que a academia produz sobre os movimentos de (r)existência. Além do mais, os saberes não acadêmicos têm sido negados com uma hierarquia cultural criada pela ciência moderna.



## Metodologia

No ano de 2014 tiveram 150 projetos de extensão aprovados pela Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (PRAE) na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Destes 150, selecionamos cerca de 15 projetos que supomos estar se relacionando com formas de (r)existências. Dos 15 projetos, alguns definitivamente não dialogavam com nossos objetivos e alguns não conseguimos entrar em contato com os coordenadores. Porém, como optamos por uma pesquisa qualitativa e não quantitativa, preferimos então focar em 4 projetos no decorrer da pesquisa. Os quatro projetos, por questões de facilitar o acesso, eram coordenados por docentes do Departamento de Ciências Sociais, o que redirecionou o nosso olhar para a extensão no curso de bacharelado em ciências sociais. Portanto, adotamos como metodologia de pesquisa entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante.

Ao entrarmos em contato com os coordenadores dos projetos, marcamos uma reunião para entrevistá-los a fim de compreender quais eram os objetivos dos projetos, quais seriam as (r)existências que os projetos dialogavam, como se desenvolveu a extensão etc. Vale frisar que, por motivos éticos, achamos importante preservar a identidade dos entrevistados.

Em decorrência das análises dos projetos, percebemos a necessidade de compreender melhor como ocorre o processo de seleção dos projetos, o que a Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (PRAE) da UFRPE entende por extensão etc., então achamos pertinente entrevistar também o então Pró-Reitor de Atividades de Extensão da UFRPE.

### **A Pró-reitoria de Atividades de Extensão (PRAE)<sup>60</sup> da UFRPE e o processo de seleção dos projetos**

A Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (PRAE) da UFRPE possui três coordenadorias internas que podem submeter projetos de extensão, assim como os docentes, os técnicos também podem fazer a submissão de propostas. No caso dos projetos dos professores, eles passam pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) e pela Comissão de Extensão do Departamento para ser avaliado pela comissão de avaliação da PRAE, que é composta pelos presidentes das Comissões de Extensão dos Departamentos<sup>61</sup>.

No ano de 2014 foram aprovados 150 bolsas para os projetos de Extensão na UFRPE Sede Dois Irmãos pelo edital BEXT. O edital BEXT é o programa institucional de bolsa de extensão universitária anual da UFRPE. Tivemos dificuldade ao selecionar os projetos que fariam parte do nosso corpus de pesquisa, tendo em vista que só tivemos acesso a lista dos

<sup>60</sup> A partir de 2019 a PRAE passa a se chamar Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC).

<sup>61</sup> Os presidentes das Comissões de Extensão dos Departamentos não podem avaliar os projetos do seu departamento quando o processo avaliativo se dá na instância da PRAE, apenas quando está no CTA.



aprovados onde contém apenas o nome dos projetos, seus coordenadores e departamentos de origem. Então, separamos os projetos que supomos se relacionar com movimentos sociais na sua acepção mais ampla, ou melhor, com (r)existências e entramos em contato com seus coordenadores. Com isso, restaram 6 projetos dentro dos parâmetros elencados, porém nos deteremos à análise de 4 projetos, pois optamos por uma pesquisa qualitativa. Importa afirmar que os 4 projetos analisados são coordenados por docentes do Departamento de Ciências Sociais.

Quanto a seleção, os projetos passam por um processo no qual são avaliados de acordo com vários critérios como: clareza nos objetivos, viabilidade no cronograma, adequação das atividades dos bolsistas aos projetos, integração com o ensino e a pesquisa, ter relevância social (nesse quesito é importante a quantidade de público atingido e ter a participação da comunidade), a atuação com comunidades extramuros para promover a inclusão social etc.

Em entrevista com o Pró-Reitor de Atividades de Extensão da UFRPE na época, foi questionada a facilidade de se aprovar projetos de Extensão na UFRPE que não atendem às diretrizes definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012), tendo em vista que existem cerca de quatorze critérios de seleção, destes apenas três, que tentam levar em consideração as demandas sociais. O Pró-Reitor informou que a UFRPE tenta deixar os critérios mais flexíveis para se adequar a pluralidade de possibilidades de ações. Porém, ele justifica que a UFRPE não desenvolve apenas projetos sociais, também possui projetos técnicos, citando o exemplo dos cursos desenvolvidos que, na sua concepção, enquanto atividades extensionistas não são muito abrangentes, no entanto, são solicitações das comunidades.

O Pró-Reitor traz à tona a dificuldade do FORPROEX de definir indicadores para avaliar os projetos de Extensão, que o Ministério da Educação (MEC) aceite como válidos para todo país. Ele afirma que por esse motivo as atividades extensionistas não são pontuadas no CNPq, por exemplo, porque dessa forma não tem como fazer a avaliação se determinado docente é bom ou ruim extensionista. No entanto, ele enfatiza que há certo incentivo para a Extensão nas Universidades públicas, pois o Plano Nacional da Educação (PNE) exige que até 2024 as Universidades têm que ter 10% de ações de extensão nas matrizes curriculares dos cursos. Além do fato que, na UFRPE, para um professor passar de adjunto 3 para professor titular ele tem que ter no seu currículo ações de ensino, pesquisa e extensão.

Dos 150 projetos aprovados no edital BEXT para o ano de 2014 poucos<sup>62</sup> parecem se relacio-

<sup>62</sup> Como já foi dito, nós só tivemos acesso a lista de projetos aprovados que possui o nome dos projetos, seus coordenadores e o departamento pertencente. Ou seja, fazemos essa afirmação baseada na suposição a partir do nome dos projetos, na localidade de sua execução (exemplo, se ocorre num assentamento rural etc.), bem como departamento de origem, estando ciente que é necessário fazer uma análise aprofundada para saber o número exato.



nam com movimentos sociais ou (r)existências. Questionamos o Pró-Reitor, tendo em vista que sabemos que os movimentos sociais foram primordiais no processo de institucionalização e fortalecimento das práticas extensionistas no país. Ele respondeu que fazendo a análise desses projetos, pode-se perceber que cerca de 50% estão envolvidos com a zona rural. Antes de 2009 a maioria eram na zona urbana, ou seja, a UFRPE tem como um dos critérios promover uma interiorização das atividades extensionistas. No entanto, ele afirma que:

*Trabalhar com movimentos sociais, principalmente assentamentos não é muito fácil. Tem uma série de limitadores. Por questão partidária, os movimentos sociais estão muito ligados a movimentos partidários né, e às vezes a gente encontra algumas barreiras com isso. E nós não queremos participar de movimentos partidários dentro da nossa universidade. Nós não queremos nos envolver com política partidária nas ações da universidade. Esse é um dos fatores que às vezes atrapalha um pouquinho. Atrapalham um pouco, porque às vezes o pensamento daquela liderança política não é a mesma do que nós pensamos do lado social, enfim, então esse é um dos entraves. E o outro é a falta de conhecimento mesmo dos próprios movimentos, ou seja, eles não sabem que a universidade poderia ajudá-los. Nesse sentido...eles não sabem, é uma falta de informação. Eles não têm essa informação. Eles não sabem que poderiam recorrer a universidade para que a universidade se aproximasse deles. Então esse é um dos motivos dessa baixa incidência de projetos. No entanto os projetos que nós temos, quando a gente inicia o projeto o pessoal não quer mais se afastar da universidade. Por que eles sabem que tem N opções que a universidade pode levar para eles e contribuir com a melhoria social. Esse é um problema, é a falta de conhecimento mesmo. Então você diz: então por que a universidade não se aproxima mais? Nós temos feito hoje é, umas parcerias com as prefeituras. Nós temos criado vários tipos de parcerias com as prefeituras e na maioria delas, todas as prefeituras que nós temos parcerias a gente trabalha com movimento social né. E tem outra ação que é interessante que estamos trazendo as comunidades de um modo geral, de “N” municípios para que eles venham conhecer a universidade. Que é o Campo visitando o Campus.*

O Pró-Reitor afirma que o Campo visitando o Campus ocorre a cada 4 meses, no qual as pessoas, principalmente jovens, conhecem os espaços da Universidade. Ele reconhece que o recurso financeiro é limitador, por isso a UFRPE tem buscado convênio com as prefeituras. Soa um tanto contraditório a UFRPE, de acordo com a fala do Pró-Reitor, não querer se envolver com políticas partidárias e ao mesmo tempo fazer parceria com prefeituras. Nos parece que o entendimento é que as prefeituras é o poder público, então as políticas públicas seriam mais isentas de posicionamento político, no entanto, a forma pela qual as prefeituras funcionam, na maioria das vezes é ainda mais imbricada com posicionamentos partidários, do que os próprios movimentos sociais.





Outro ponto é que afirma que por ignorância dos movimentos sociais, não há esse diálogo. É importante lembrar que historicamente a Universidade se caracteriza por ser uma instituição elitista, na qual concentra o saber científico e subjuga os outros saberes. Um dos questionamentos que move esta pesquisa é o entender como ocorre o diálogo do saber científico com os outros saberes. De acordo com a fala do Pró-Reitor, os movimentos sociais, por ignorância, não se aproximam da Universidade. Então nos questionamos, o que será que traz esse distanciamento entre esses dois sujeitos? Será que os projetos de Extensão da UFRPE tentam construir os processos de conhecimento de forma dialógica?

*Nós entendemos, veja bem Hacsá, se nós não ouvirmos e se não recebermos, nós não... nós teremos dificuldade de levar o saber, o saber altamente tecnicizado para eles. É difícil nós sairmos daqui com esse saber acadêmico né e tentar dar com nossa metodologia as vezes acadêmicas, colocar naquela comunidade. É muito difícil, eles não conseguem captar as vezes aquela mensagem que a gente quer transmitir para ele. Então o que é que a gente faz, tem que ser assim, a gente tem que começar a dialogar, a gente tem que ter um diálogo, para começar a incentivar eles a dar informações para a gente e a gente tá aprendendo com aquilo. Aquilo é exatamente a compreensão do saber popular. A gente começa a escutá-los a ouvi-los e aí acontece o diálogo. Dentro desse diálogo é que nós deveremos colocar aquele saber técnico científico para eles. Mas de uma forma que não seja atropeladora [sic]. Devagarinho, colocando para que eles possam entender aquilo e aceitar. Por que se a gente chegar e tentar botar de vez para eles, eles não vão aceitar. Pelo contrário, eles vão rejeitar. Na nossa presença eles até fazem. Olha você deve fazer dessa forma aqui, esse leirão aqui onde vai ser cultivado o coentro. Aí eu vou dizer: eu quero que você faça assim, pá. Na nossa presença, ele vai lá fazer como a gente tá mandando. Quando a gente dar as costas ele diz: eu não vou fazer desse jeito nenhum, por que eu aprendi desse jeito aqui com meus avós, com meus pais, então vou fazer desse jeito. Aí depois eles fazem do jeito deles, porque nós tentamos impor uma metodologia ou uma tecnologia para eles e isso não funciona, a gente tem que ter o diálogo.*

Em relação ao diálogo com o saber popular, ele continua afirmando que depende de cada coordenador, mas a maior parte dos projetos “acatam” o saber popular. E que alguns coordenadores têm mais sensibilidade em relação ao saber popular e outros não. Ainda nessa entrevista, o Pró-Reitor afirmou que quando a comunidade quer um curso, ela recorre à UFRPE:

*Tem ali uma comunidade que está necessitando de algum treinamento em alguma coisa, um curso para aprender fazer por exemplo na área de panificação. Então se faz aquele projeto para aquela comunidade. A demanda, quem faz na realidade a demanda é a própria comunidade. Ela precisa daquilo. Ela conversa com um*



*professor com um técnico com alguma coisa e a gente emite esses projetos para serem aprovados ou não.*

Nesse sentido, observamos que, de acordo com fala do Pró-Reitor e pela breve análise em relação aos tipos de projetos selecionados no ano de 2014, as práticas extensionistas da UFRPE, em sua maioria, se enquadram na concepção mais antiga de extensão, uma postura assistencialista-conservadora (JEZINE, 2004). Que consiste na prestação de serviços e elaborar atividades pontuais, objetivando resolução imediata e paliativa sem refletir sobre as desigualdades sociais. Aproveitando o exemplo dado pelo Pró-Reitor, o fato do agricultor não fazer a plantação de coentro como o extensionista sugeriu porque ele acha que a forma que ele aprendeu com a família é mais eficaz, ou seja, negando o conhecimento vindo da universidade, pode ser um indicador do problema desses projetos de cunho assistencialistas, que visam cumprir atividades pontuais e ignoram os outros saberes. Na verdade, não há uma construção dialógica, como o Pró-Reitor acredita ocorrer, e sim é o epistemicídio (SANTOS; NUNES; MENESES, 2004), ou seja, mais uma vez a universidade utilizando seu prestígio de saber científico para legitimar a colonização dos saberes, eliminando e invisibilizando as outras formas de saber.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa surgiu a partir de questionamentos sobre como a universidade dialoga com outros saberes. Tendo em vista que historicamente a universidade se caracteriza por ser o centro do saber científico e de cunho elitista. Pensando a extensão universitária, percebe-se que, pela breve análise dos projetos selecionados no ano de 2014 e pela fala do Pró-Reitor de Atividades de Extensão da UFRPE, que há uma tendência da UFRPE em aprovar trabalhos de cunho assistencialistas-conservadores, se enquadrando na concepção mais antiga de extensão (JEZINE, 2004). Apesar da tendência mercantilista das práticas extensionistas, que dialoga com o processo de mercadorização universitária falado por Santos (2005), parece que ela ainda não é muito forte na UFRPE. E, mesmo com o direcionamento proposto na Política Nacional de Extensão no FORPROEX, que de antemão reconheceu que dentre os desafios, ainda é difícil quebrar com o conservadorismo e o elitismo de muitas instituições universitárias.

A extensão é vista como uma oportunidade de fortalecer o diálogo entre a universidade e a sociedade, a fim de democratizar o acesso ao conteúdo produzido na academia e a possibilidade da produção de saberes, levando em consideração a troca de saberes de forma dialógica, como sugeriu Paulo Freire (1977), Jezine (2004) e a Política Nacional da Extensão Universitária (2012). Porém, como o FORPROEX tem dificuldade de definir



indicadores que avaliem as ações extensionistas, na prática fica muito vago entender o que de fato é uma ação extensionista. No caso específico, a Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (PRAE) da UFRPE precisa refletir sobre qual deve ser a concepção extensionista que vai direcionar suas ações e a partir disso rever os critérios de seleção dos projetos do edital BEXT, por exemplo. Outra reflexão pertinente é em relação ao tempo de duração dos projetos, que é de doze meses, pois muitas vezes quando o projeto começa a ganhar corpo e se consolidar, termina o edital e nem sempre os professores conseguem renovar. Mas, como ocorreu em alguns projetos do nosso corpus, mesmo sem ter renovado o edital, é possível dar continuidade com o diálogo, mesmo sem o incentivo financeiro por parte da universidade.

As instituições universitárias têm tomado para si questões que anteriormente eram de responsabilidade de governos federais, estaduais ou prefeituras. A título de exemplo, oficinas de como reciclar lixo, incentivo a esportes, manejo animal, diagnóstico ou formas de prevenção de doenças etc. De um lado é interessante porque aumenta a responsabilidade social da universidade, aproximando-a da sociedade como um todo. Se a universidade está em constante processo de construção do saber acadêmico-científico, através de práticas extensionistas, ela pode levar diretamente para a sociedade o resultado de suas pesquisas em ações práticas. Porém, mais uma vez é importante refletir sobre como ocorrerá esse processo.

Em relação aos projetos que selecionamos para fazer parte do corpus, de nossa pesquisa, percebe-se que eles tentaram fazer essa troca de forma dialógica, no entanto ficam algumas reflexões. Foi possível ouvir em alguns relatos que em algumas ações houve pouco público presente ou que não houve interesse por parte do movimento social em participar das atividades propostas pelos extensionistas. Primeiramente, é interessante refletir que é um anseio do pesquisador militante querer mostrar as contradições da sociedade, no entanto muitas vezes o público alvo da ação está preocupado com questões de ordem prática. Em outras palavras, onde ele pode aplicar praticamente o saber que lhe foi passado? O que ele pode ganhar com isso? São questionamentos que provavelmente passam na cabeça do público e que a partir dessas reflexões podem se engajar politicamente ou não. Talvez por este motivo que as ações de cunho assistencialistas tenham mais sucesso para o público, pois normalmente são cursos profissionalizantes, ensino de técnicas de uso prático etc. São questionamentos que podem ser mote de uma nova pesquisa, pois não são conclusivos.

Para além da análise dos projetos de extensão, existem ações na UFRPE que são inspiradoras. A título de exemplo o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) atrelado a diversos movimentos sociais que no ano de 2015, organizou eventos como o II Seminário



de Agroecologia de Pernambuco, o III Seminário Internacional de Agroecologia e a II Jornada dos Povos de Pernambuco. Todo evento foi construído coletivamente com estudantes, técnicos, professores, militantes de movimentos indígenas, assentamentos rurais, povos quilombolas, povos ciganos etc. e a metodologia utilizada durante o evento foi dentro da lógica dos movimentos de (r)existência. Ao invés de Grupos de Trabalhos (GTs), foi possível propor Instalações Pedagógicas, as quais disponibilizam espaço e valorizam as diversas formas de saber, propiciando um intercâmbio rico entre a universidade e os movimentos de (r)existência.

Através desta pesquisa foi possível perceber o quanto é complexa a relação entre a universidade e os movimentos sociais. Nesse sentido, a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) é primordial para orientar às Pró-Reitorias de Extensão, bem como os extensionistas. É possível dialogar com os movimentos de (r)existência, porém cientes da realidade social de cada um. Contudo, é primordial dar voz e ouvir o Outro, para que ele se empodere e se articule politicamente à sua maneira e de acordo com suas vontades e seus objetivos. Falar por ele ou impor um discurso libertador de forma mecânica, como Freire (1987) diria: de forma bancária, não é empoderar ou contribuir para a sua emancipação social, e, sim mais uma vez cair no erro da colonização, tendo em vista que essas formas de (r)existências resistentes tem uma lógica específica de organização distinta da universidade.

## REFERÊNCIAS

BENZAQUEN, Júlia F. **Reflexões a respeito da ideia de (r)existências do Sul**. In: Estudos. Soc. [online]. 2014, vol. 2, n. 20. Disponível em <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/385/320>.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JEZINE, Edineide. **Universidade-sociedade e extensão universitária. Construções teórico-metodológicas**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 28ª Reunião Anual. Grupo de Trabalho 11, Política de Educação Superior, 2005. Disponível em [www.anped11.uerj.br/28/GT11-1110--Int.rtf](http://www.anped11.uerj.br/28/GT11-1110--Int.rtf).

\_\_\_\_\_. **As práticas curriculares e a extensão universitária**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 2004. Disponível em <https://www.ufmg.br/congnext/Gestao/Gestao12.pd>.



**POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.** 2012. Manaus. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras-FORPROEX. Disponível em <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção da nossa época: v. 120)

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. e NUNES, João Arriscado (2004), “Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo”. In: Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento. p. 19-101.